

Contribuições das teorias da memória para o estudo do patrimônio na WEB

Vera Dodebei
Inês Gouveia

Como citar: DODEBEI, Vera; GOUVEIA, Inês. Contribuições das teorias da memória para o estudo do patrimônio na WEB. *In:* FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** Marília: Fundepe; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 87-99. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-98176-17-8.p87-99>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS DA MEMÓRIA PARA O ESTUDO DO PATRIMÔNIO NA WEB¹

Vera Dodebei²
Inês Gouveia³

RESUMO: os estudos sobre a memória trazem importantes contribuições para os campos do conhecimento que investigam as relações entre as pessoas na sociedade contemporânea, seja nas discussões sobre a inclusão e a exclusão sociais, seja nas complexas relações entre indivíduos e grupos mediados pelas tecnologias da comunicação e informação. A memória recebe adjetivos conforme a sua apropriação como objeto de pesquisa, podendo ser individual, espontânea, social, documentária, virtual, digital. Nesta comunicação, apresentamos algumas reflexões de Henri Bergson e Maurice Halbwachs sobre a memória, no intuito de subsidiar as discussões sobre a condição da existência do patrimônio na web. Para a organização das memórias documentárias eletrônicas, representadas pelas bases de conhecimento científico, técnico e artístico, indicamos a possibilidade da escolha de modelos sobre a condição desejada de memória, com ênfase nas tensões existentes entre a proteção e a disseminação da informação.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Social; Teorias da memória; Patrimônio digital; Memória documentária; Preservação digital.

ABSTRACT: The studies about memory bring very important contributions for the knowledge fields which investigate the relations among people in the contemporary society, especially the discussions about social inclusion and exclusion and the multifaceted relations among groups and individuals intermediated by the information and communication technologies. Memory receives various qualifiers depending on how the research objects are appropriated e. g.: individual, spontaneous, social, documentary, virtual, digital. This paper aims to present some philosophical thoughts of Henri Bergson and Maurice Halbwachs about memory, with the intention to subsidize the discussions about heritage conditions of existence in the cyberspace. For the electronic documentary memory organization, represented by the scientific, technical and artistic knowledge data bases, it is suggested the choice of the desired condition of memory model, emphasizing the tensions existing between information protecting and information dissemination.

KEY-WORDS: Social memory; Memory theories; Digital Heritage; Documentary memory; Digital preservation.

¹ Trabalho realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Comunicação apresentada ao VII ENANCIB, Marília, 2006 e desenvolvida “a quatro mãos” como produto dos projetos da Linha de Pesquisa Memória e Patrimônio, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. a) Dissertação: Virtualização de Museus: Preservação da informação nos novos espaços museais. b) Patrimônio Digital, Memória Social e Teoria da Informação.

² Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO - dodebei@terra.com.br

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO - Inês.gouveia@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

Para observar o ciberespaço como um lugar de memória, faz-se necessário nos determos nas conceituações de memória e dos espaços em que ela se cria e se transforma. Os estudos sobre a memória trazem importantes contribuições para os campos do conhecimento que investigam as relações entre as pessoas na sociedade contemporânea, seja nas discussões sobre a inclusão e a exclusão sociais, seja nas complexas relações entre indivíduos e grupos mediados pelas tecnologias da comunicação e informação. A memória recebe adjetivos conforme a sua apropriação como objeto de pesquisa, podendo ser individual, espontânea, social, documentária, virtual, digital. Nesta comunicação, apresentamos algumas reflexões de Henri Bergson e Maurice Halbwachs sobre a memória, no intuito de subsidiar as discussões sobre a condição da existência do patrimônio na web. Para a organização das memórias documentárias eletrônicas, representadas pelas bases de conhecimento científico, técnico e artístico, indicamos a possibilidade da escolha de modelos sobre a condição desejada de memória, com ênfase nas tensões existentes entre a proteção e a disseminação da informação.

2 TEORIAS DA MEMÓRIA: UM DIÁLOGO DE BERGSON E HALBWACHS

O estudo sobre a memória nos dias atuais envolve uma perspectiva transdisciplinar, que permite que diferentes áreas do conhecimento dialoguem. Talvez isso seja um legado das primeiras investigações que se deram em torno da possibilidade de lembrar e de esquecer. Nos idos do século XIX, numa ótica cientificista que tinha como forte interlocutora a Psicologia, a memória começava a ser sistematicamente estudada. Os aspectos visíveis da capacidade individual da recuperação de informação se misturavam aos estudos dos processos neurobiológicos que permitiam o processamento destas mesmas informações. As indagações, ou melhor dizendo, o ponto de partida, era semelhante ao que nos motiva na contemporaneidade: que dispositivos nos fazem lembrar e esquecer?

Se as questões que nos embalam ainda são de ordem semelhante à de outras épocas, permitimo-nos retomar Henri Bergson, filósofo do século XIX, que, segundo nossa análise, ainda é pouco estudado se pensarmos nos méritos de sua produção. Consideramos que um estudo aprofundado da memória deve contemplar a perspectiva bergsoniana – se não para revalidar suas conclusões teóricas, pelo menos para situar as teorias que viriam a seguir com seus herdeiros, como é o caso de Maurice Halbwachs e Gilles Deleuze, por exemplo.

Henri-Louis Bergson nasceu em Paris no ano de 1859, teve uma vida acadêmica bastante produtiva, sobretudo no que se refere às suas

publicações. Tamanha produção nos obriga a um recorte para esta análise, sendo assim, nossas considerações têm como pano de fundo a obra *Matéria e Memória*, que veio a público em 1896. O objetivo deste estudo é afirmar a realidade do espírito e da matéria e determinar a relação entre eles sobre um exemplo preciso, o da memória (BERGSON, 1999, p. 1). A matéria, neste caso, é entendida como o conjunto de imagens que compõe o mundo material que nos cerca. Para Bergson, o centro deste mundo das imagens é o próprio corpo individual, pois só através dele as outras imagens podem existir.

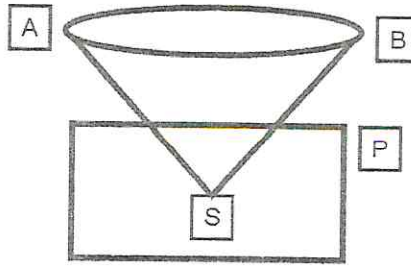
Apesar de dar ênfase à perspectiva neurobiológica da capacidade de lembrar e esquecer, para o filósofo a memória não é uma propriedade do cérebro, pois este, pertencendo ao mundo da matéria, seria também uma imagem-centro que não pode ser responsável por abrigar todo o complexo infinito de outras imagens. Dessa forma, a memória é entendida como uma propriedade do espírito.⁴ A não limitação física deste receptáculo propicia que Bergson pense numa *memória pura*. É possível entrever isto em vários momentos de sua obra, sobretudo quando os focos da análise são as patologias, a exemplo da afasia, em que a memória se conserva, mas os mecanismos que fazem com que esta seja retomada, em favor do presente, são comprometidos.

Mas o que seria exatamente a *memória pura*? Em *Matéria e Memória* se afirma que esta é o registro de todas, absolutamente todas as percepções que um indivíduo realiza. Entretanto, como esta memória deve ser atualizada – para virar então uma lembrança, de acordo com o presente – há imagens que nunca serão iluminadas, ou seja, permanecerão obscuras. Bergson argumenta que serão estas imagens que irão compor os sonhos, e sobre sua aparente falta de ordem, ele explica que, ao serem retomadas espontaneamente e não como uma resposta consciente, elas irão figurar na ordem em que foram armazenadas.

Nesse sentido, a *memória pura* se torna uma espécie de local de armazenamento total que fornecerá as imagens para que a *memória hábito* se atualize.⁵ Observemos:

⁴ Com essa curiosa saída teórica, Bergson encontra certo respaldo para sua teoria. No campo da validação científica, o espírito como abrigo da memória parece-nos bastante conveniente para que suas proposições escapem de algumas encruzilhadas.

⁵ Não devemos transferir nossa perspectiva a Bergson; seria uma imposição nada coerente, mas não podemos deixar de assinalar que a idéia de *memória pura* nos parece bastante interessante e possível se pensarmos nos bancos de dados de que dispomos atualmente, onde a informação está dada, devidamente armazenada, esperando uma atualização que promova sua recuperação.



Fonte: Bergson, 1999, p. 178

Nesta imagem a base AB corresponde à *memória pura*, o vértice S, que representa a imagem do corpo, avança sobre o plano P, que é a representação individual e atual do universo. A imagem S faz parte do plano P e está limitada a receber e a devolver as ações que emanam das imagens do plano P. Ou seja, este é o movimento da *memória hábito*, que tem, como base, a *verdadeira memória* ou *memória pura*.

Conforme deixamos transparecer, a questão que nos parece principal para este momento é a idéia da memória como um processo total. Indo por este percurso, Bergson evitou, propositadamente ou não, a outra problemática que a memória abarca, o esquecimento. Tratado com pouco relevo em *Matéria e Memória*, foi uma das grandes questões que trouxe um afastamento teórico entre o filósofo e seus sucessores. Tomemos como contraponto a perspectiva de outro autor dedicado ao estudo da memória, Maurice Halbwachs.

Halbwachs (2004) nasceu em 1877 na França. Não por acaso o tema central de seus estudos se refere à memória, isso porque ele foi aluno de filosofia de Bergson. Apesar dessa aproximação inicial, Halbwachs se afasta de seu mentor, abrindo espaço para outras influências e, nesse caso, podemos mencionar o nome de Leibniz, Simiand e Émile Durkheim. Entretanto, seu posicionamento teórico foi marcado, para além das afiliações, justamente pelas contraposições, não só a Bergson, mas também a Karl Marx e a Max Weber. Duas obras são basilares para a compreensão de sua perspectiva sobre a memória, *Os quadros sociais da memória*, datada de 1925 e *A memória coletiva*, publicada após sua morte.

A dimensão da memória pensada por Halbwachs talvez se diferencie de forma mais contundente daquela pensada por Bergson, segundo dois aspectos: o aspecto social da construção da memória e a própria idéia de construção, a qual abarca necessariamente o esquecimento. Para Halbwachs, lembrar não é um processo natural, mas sim uma construção social. Isso explica a transformação das lembranças que ocorrem

devido aos quadros sociais, o que, segundo o autor, significa a visão de mundo dos grupos sociais.

O entendimento diferenciado sobre a memória pode ser exemplificado em relação aos primeiros anos de vida de um indivíduo. Para Bergson, quanto menor a capacidade de reflexão, maior a possibilidade de absorção da memória. Nesse sentido, ele afirma que as crianças têm mais memória espontânea. Contrapondo-se a isso, Halbwachs observa que as crianças constroem suas lembranças somente a partir da experiência com o grupo social que as cerca, no caso a família. Antes desse contato, potencializado pela fala, a construção da memória é praticamente nula, o que justificaria a pouca possibilidade de um indivíduo lembrar momentos vividos no seu primeiro ano de idade.

Halbwachs não nega a existência de uma memória particular, individual por assim dizer, mas o centro formador desta ainda seria a memória do grupo. Nesse sentido, podemos ter uma experiência que nos pareça única, de uma viagem, uma leitura, ou qualquer outra circunstância em que nos colocamos isolados do restante dos indivíduos. Ao lembrarmos desse momento em questão, acionaremos códigos que são sociais, códigos culturais que regem nossa racionalidade, nossa inteligência. Além disso, as motivações para que essa lembrança se faça presente serão provenientes da reflexão que fomos capazes de produzir a partir dela, percebendo-as de acordo com os quadros sociais.

As contribuições de Maurice Halbwachs vão além do diálogo com Henri Bergson. Sua perspectiva sociológica de análise, bastante diferente da ótica cientificista de Bergson, foi afirmada pelos principais autores que depois dele fizeram da memória uma fonte de análise e inquietação constante. O esquecimento que não ganhou um espaço de importância na produção de Bergson fez dele um quase refém. Bastante menos retomado, o filósofo carece, sem dúvida, de novas leituras que dêem conta da sua 'simples complexidade' de pensamento. Situando-o no seu tempo e, por conseguinte nas influências que tanto marcam sua busca pela verdade-ciência, entendemos que sua teoria, ainda hoje, é passível de importantes reflexões sobre o processo de construção da memória. Em especial, sobre o conceito de memória pura, ou memória virtual, da qual nos valem, juntamente com o conceito de coletivo em Halbwachs, para compreender o patrimônio na contemporaneidade.

3 MEMÓRIAS DOCUMENTÁRIAS

A tecnologia da escrita permitiu que acumulássemos textos com a ilusão de que estes fizessem as vezes de uma memória auxiliar da qual pudéssemos recorrer na busca de uma solução para um problema a resolver. A medida que a massa documental se ampliava, se impunha a necessidade

de classificá-la e dotá-la de índices de recuperação, caso contrário a inacessibilidade do texto desejado transformaria a fonte do saber em lixo orgânico. É bem verdade que, se comparada à oralidade, a tecnologia da escrita aproximou as distâncias entre as pessoas. Ler uma carta vinda de um país distante, ter a posse de um poema estrangeiro representou a ilusão do conhecimento para a sociedade letrada que não abria mão da produção e do consumo dos registros das ações sociais.

Essas memórias artificiais e documentárias constituíram bibliotecas e arquivos. Se ampliadas as formas de registro para as imagens bidimensionais, como a fotografia e em movimento ou sonoras, como o cinema e a música vemos a criação de acervos fotográficos, cinematecas, fonotecas. Da seleção dos objetos que circularam nas sociedades primeiras ou primitivas e nas sociedades urbanas e plurais formaram-se os museus como hoje os conhecemos. Quantas memórias auxiliares! Cercamo-nos de tantos recursos de memória que hoje nos perguntamos: Como fazer para mantê-los e não apenas conservá-los? Como lhes atribuir um valor de permanência que justifique o esforço de fazê-los acompanhar as mudanças aceleradas que a tecnologia impõe aos seus suportes?

As memórias documentárias, consideradas os conjuntos selecionados de recursos de informação de quaisquer naturezas temáticas e físicas, são representações de uma memória coletiva e como representações são, ao mesmo tempo, redutoras e duplicadoras do conhecimento produzido. O texto já clássico de Sayão (1996) – *Bases de dados: a metáfora da memória científica* – discute a possibilidade de que as bibliotecas pudessem cumprir o papel de memória dos saberes científicos e, embora a tecnologia nos permita o gerenciamento eletrônico de grandes massas de recursos informacionais, de que a constituição dessa memória é feita por processo cumulativo de conhecimento o que vai necessitar, para o acesso à informação, de formas de representação documentária.

Otlet (apud HAYWARD, 1994) sugeria que o “princípio monográfico” deveria ser aplicado aos resumos (*abstracts*) que acompanhavam as referências bibliográficas de uma obra e serviam como um refinamento à pesquisa de fontes. A idéia era destacar o que o livro amalgamava, para reduzir tudo que fosse complexo a unidades passíveis de serem descritas em folhas ou fichas separadas. O sentido, portanto, era o de recuperar apenas o que fosse de novo no conhecimento já disseminado. Assim, Otlet sugeria a desconstrução do texto para sua reconstrução, a partir das seguintes constatações:

- a) os livros apresentam apenas parte do conhecimento científico (completude)
- b) apresentam conhecimentos falsos e verdadeiros (erro)
- c) apresentam a mesma coisa mais de uma vez (repetição)

- d) dividem a mesma informação por vários setores ou capítulos (dispersão)
- e) não apresentam a informação por graus de importância (valor)

A representação significava para Otlet não apenas a redução semântica e simbólica dos textos mas, sobretudo, a construção de uma nova memória documentária que evitasse a redundância e privilegiasse a soma das novidades ocorridas na produção do conhecimento. Distante do conceito da narrativa benjaminiana, a memória documentária pode ser representada por uma matriz abstrata composta por um quadro de entrada dupla chamado usualmente *matriz documentária*, em que se atribui cada linha a um documento e cada coluna a uma das múltiplas características a partir das quais serão posteriormente procurados os documentos. Com base nessa representação simbólica, seria possível edificar a *teoria geral da organização das memórias documentárias* ou o conjunto de elementos que permite o acesso aos documentos de uma coleção a partir de suas características, e a sistemática dos processos de seleção.

O primeiro aspecto sob o qual a memória documentária pode ser percebida, o concreto, torna tal representação uma imagem geométrica da estrutura material da memória; o outro, o abstrato, prende-se ao conteúdo ideológico da coleção, isto é, à organização de dados e das noções características dos documentos contidos nela. Salvo raríssimas exceções, as coleções documentárias ultrapassam, quer horizontalmente, quer verticalmente, a possibilidade de utilização de semelhante matriz materializada de modo direto no papel, num espaço e em duas dimensões.

Cada célula de memória é igualada ao elemento seletivo obtido pela escolha do cruzamento de atributos ideológicos com a seqüência material da disposição dos documentos. Tal cruzamento é, no entanto, limitado à escolha de atributos feita pelo analista da informação e, ainda, à dificuldade imposta pela própria natureza da língua natural, na qual se apresentam os documentos e os pedidos de busca de um documento na coleção. Tanto pelo aspecto quantitativo, isto é, número de atributos escolhidos, como pelo qualitativo - possibilidades de interpretações semânticas -, a memória documentária, ainda que caracterizada como memória virtual de acesso às unidades de conhecimento, fragmentos ou documentos primários que formam uma base de conhecimento, não oferece a garantia de resposta a uma questão, apresenta apenas a possibilidade.

Difícilmente conseguiremos colher das memórias documentárias o fio condutor de uma narrativa enquanto elas se formarem por processo de acumulação de conhecimento. Walter Benjamin (1994) já assinalava esse embate entre a informação e a narrativa, ao considerar que a narrativa é da ordem da experiência, e a informação aspira a uma verificação singular e imediata. Arquivos, bibliotecas e museus, detentores das memórias

documentárias de cunho técnico, científico e artístico, iniciam o século xxi na busca de uma solução para a preservação de seus patrimônios. O conceito de memória virtual de Bergson e o conceito de memória coletiva em Halwachs parecem ser adequados às memórias documentárias eletrônicas na contemporaneidade, desde que elas se formem como um composto processual de fragmentos do saber, em permanente construção. Neste momento, as reflexões passam para o dilema da preservação (acumulação de saberes) e da disseminação (criação do conhecimento)

4 PATRIMÔNIO DIGITAL: ENTRE PROTEGER E DISSEMINAR

A idéia de patrimônio no mundo ocidental é, historicamente, recente, ela não se situa além do século XVII. Como nos ensina Choay (2001, p.14)

Patrimônio seria uma invenção moderna, porquanto essa preocupação com a salvaguarda de edifícios e monumentos só é sistematizada em 1837 na França com a criação da Comissão dos Monumentos Históricos. Somente após a Segunda Guerra Mundial, na década de 50 do século XX é que serão acrescentados às categorias definidas naquela comissão outros objetos ainda considerados de valor menor mas já indicativos de uma ampliação da noção de patrimônio para a sociedade. Aos edifícios religiosos e palacianos incluem-se fábricas, usinas, teatros, compreendendo os aglomerados de edificações da malha urbana: casas, bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades.

O conceito de patrimônio, como uma categoria geral inerente aos objetos materiais ou imateriais reúne três atributos essenciais: a existência de um objeto; o desejo de memória; e a proteção contra perdas. Implica também considerar duas noções: valor e perigo. Para além da atribuição do valor documental que conforma as memórias documentárias, a criação de um bem patrimonial vai exigir que ele possua um valor de representação, em que ele deixa de significar isoladamente em relação à sua função social primária, e passa a representar toda uma classe de objetos. Patrimônio é um atributo simbólico de um bem que se quer preservar como um indício de memória. A segunda noção, a de perigo, significa que o bem já valorizado pode correr risco de desaparecer, ou de se modificar por conta do uso; torna-se então necessário salvaguardar o já então bem patrimonial dos riscos naturais e sociais de interferência na sua integridade física ou processual.

Nesse sentido, os museus são as mais representativas instituições de reunião de bens patrimoniais não somente porque organizam, descrevem e divulgam ao público esses bens simbólicos, como, principalmente, permitem ler o conjunto de objetos expostos como uma narrativa. A memória é atribuída ao objeto como um índice e, assim, o

perigo da perda é alvo de ações permanentes de preservação do objeto museal. O que importa não é o bem isoladamente mas a sua composição com outros que venham a indicar uma ação que se quer valorizar como patrimônio de um grupo, de uma sociedade. As coleções bibliográficas ao contrário, por mais que se conformem em bancos de informações e em bases de conhecimento de determinadas áreas do saber, representam a soma de singularidades. Cada livro, cada texto, cada imagem não irá simbolizar uma classe de objetos, irá representar o pensamento de um autor sobre determinada questão.

Do ponto de vista do corpo, o bem patrimonial pode ser classificado como material e imaterial. Os bens patrimoniais de natureza material podem ainda sofrer uma divisão conforme o caráter de mobilidade:

- BENS MÓVEIS (coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, arquivísticos, bibliográficos, videográficos, fotográficos e cinematográficos)
- BENS IMÓVEIS (núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, bens individuais)

Mas, seriam estas as únicas possibilidades de pensar o bem patrimonial? Por que as ações que são ou foram realizadas nesses espaços móveis e imóveis não seriam importantes para a valorização da memória? Além das imagens, também os cheiros, os gostos e o contato evocam lembranças, o que significa que ficam armazenadas na memória como unidades de conhecimento. Por conta dessa nova configuração social pós-moderna ou da modernidade tardia, que privilegia a cultura do cotidiano, do local e das periferias, representadas pelas manifestações comemorativas, nasce e é institucionalizado o patrimônio cultural imaterial. A falta de um corpo material não impede, entretanto, de considerarmos o patrimônio imaterial, a exemplo do bem material, como um composto de: objeto, desejo de memória e proteção. A criação de leis, normas e procedimentos para a proteção dos bens patrimoniais de natureza intangível nos conduzem a refletir sobre o caráter de virtualidade desses bens e sobre a impossibilidade prática de separar o MATERIAL do IMATERIAL.

Em Dodebei (2005, p. 51-52), no campo do patrimônio e para aqueles objetos que já nascem virtuais, não é o “acarajé” que é tombado pelo patrimônio, mas sim o conjunto de informações que registram a atividade das baianas em relação à tarefa de confeccionar, vender e compor parte da cultura popular da Bahia. Ao acontecimento cultural representado pelo registro do Acarajé como bem patrimonial de natureza imaterial, somamos a culinária (modo de fazer + ingredientes); religião (culto + objetos litúrgicos); indumentária (moda + vestimentas e acessórios). A proteção dos bens materiais e imateriais na contemporaneidade é regida por processo de salvaguarda de natureza informacional com tecnologia digital. Passamos a discutir neste momento não só a condição de

virtualidade dos objetos mas, sobretudo, a inserção dos bens materiais e imateriais na memória digital.

A passagem acelerada do patrimônio para o território do ciberespaço fortalece a discussão sobre a qualidade, a quantidade e a diversidade das informações geradas por instituições de memória. No mundo todo ocorre uma demanda crescente acompanhada de oferta de recursos financeiros para digitalizar os conteúdos culturais armazenados em museus, bibliotecas e arquivos e considerados de alta qualidade educacional e cultural em vista da avalanche de “lixo” jogada da web todos os dias (GIL, 2004). Entretanto, algumas questões merecem atenção nessa transformação da sociedade analógica para a sociedade digital.

Conforme Dodebei (2006), no ciberespaço a acumulação do conhecimento se dá no domínio coletivo no qual a informação é permanentemente construída e reconstruída. Mas, se o processamento contínuo de novas informações gera uma economia de espaço de armazenamento, ele causa, em reverso, a sua reformatação. Essa reformatação, representada pela fusão, complementação e descarte de informações da memória, que as está processando, impede a recuperação dos formatos originais de ingresso. Daí dizer-se que as memórias informacionais geridas e gerenciadas em ambiente virtual não são mais bancos de dados, nem bases de dados, mas centros de conhecimento. Do mesmo modo, dizemos que só a informação é passível de ser transferida, pois o conhecimento é processado no interior desses centros, cujo modelo é, sem dúvida, o da memória seja ela individual ou coletiva. A idéia de centro (caótico porque em permanente processo) ao invés de banco (ordenado pela idéia de acumulação) permite representar essa possibilidade de processar inscrições que, por estarem sempre em movimento, impedem a formação de depósitos arqueológicos de informações. Nesse *centro de cálculo*, conforme Latour (2000), não há lugar para a soma; apenas para o produto da interseção.

A web vista como espaço mítico da memória social cria um fértil terreno de pesquisas sobre o comportamento e as propriedades dos meios de produção do conhecimento, sejam eles de natureza histórica, artística ou técnica. Alguns estudos, que temos acompanhado de perto no Programa de Pós-Graduação em Memória Social, têm sido conduzidos pelo interesse de recortar os meios de produção de subjetividades na web sob os enfoques da história e da memória. Blogs e portais de depoimentos como o Museu da Pessoa oferecem essa oportunidade de registrar as memórias individuais, de transformar o privado em público, de autorizar a reformatação das memórias e, acima de tudo, de dividir a autoria. O coletivo parece ser o atributo principal que faz da web um grande centro virtual da memória do mundo.

O patrimônio digital pode ser estudado sob dois enfoques não exclusivos mutuamente. O primeiro o considera como processo em constante produção, seja dos objetos digitalizados seja dos objetos já nascidos digitais. O segundo é representado pelo patrimônio como produto de uma escolha, quer dizer, um conjunto isolado de objetos escolhidos para representar simbolicamente as ações sociais. Este último pressupõe constante atenção quanto à salvaguarda de sua integridade singular. A esses dois enfoques correspondem modelos teórico-metodológicos que podemos, por analogia, referir à memória e à história.

A memória é (re)presentada por uma massa processual atual, em permanente construção a partir do presente, como vimos nos discursos de Bergson e de Halbwachs, e a ela são inseridos e dela retirados objetos conforme as elaborações e reelaborações que os seus produtores e utilizadores fazem das unidades de conhecimentos fragmentados. Considerando-se os pólos da inteligência coletiva discutidos por Pierre Levi (1993), o modelo da memória se aproxima ao da dinâmica da tradição oral, em que a preservação da informação se dá pela disseminação. Nesse caso, não existe a preocupação de salvaguardar o patrimônio, pois ele não corre o risco da perda. Ele não só pode, como deve ser modificado para sobreviver. A exemplo da oralidade mítica, a transferência da informação supõe a participação do receptor que interfere no processo, modificando-o e construindo um novo fragmento a espera de outras intervenções. Várias experiências que comprovam essa possibilidade da virtualização do patrimônio e de seu comportamento podem ser obtidas, por exemplo, nas mostras de arte virtual em que o receptor interfere na obra de arte. O FILE Festival (2006), em sua exposição de trabalhos e expressões das principais manifestações estéticas e científicas da cultura digital eletrônica, é um exemplo.

Esse modelo da memória proposto para o patrimônio não é pacífico. A abdicação da posse dos objetos ainda sofre resistências. Nem bem nos acostumamos a proteger nossos legados culturais e já somos compelidos, no limiar do século XXI, a pensar a virtualidade como a única condição possível de trocar experiências. O esforço que as instituições culturais dispõem para proteger seus objetos e suas informações pode ser comprovado por programas de salvaguarda da memória com todas as suas adjetivações. O *boom* da memória vai desde a digitalização de grandes acervos até o registro de histórias de vida singulares. Nesse sentido, o segundo modelo – o da história, baseia-se na escolha que o historiador faz dos documentos representativos de uma ação social. Essas escolhas do passado conduzem à construção de repositórios de objetos que devem ser salvaguardados, pois correm o risco de desaparecer, por transformação, na massa processual na qual se constitui a *memória do mundo*.

Correndo contra a corrente, o patrimônio tomado como história está sempre sendo salvo. A consequência do modelo é a preservação por

proteção informacional, assumindo-se a tecnologia da escrita como meio de atualizar o produto patrimonial. Neste modelo, que nos é mais familiar, mas que gerou inquietações ainda não resolvidas, pergunta-se: por que e como atribuir valor à nossa produção cultural? O que remanescerá de nosso patrimônio em 2020? como projetar uma estratégia da migração de suportes, e quais são as opções técnicas? Qual impacto os arquivos digitais terão em nossas atividades e o que podemos esperar das novas tecnologias? E a que custo?

Como dito anteriormente, no momento atual utilizamos os dois modelos, o da Memória e o da História. Disseminar e proteger para preservar o conhecimento são práticas patrimoniais que ainda fazem sentido. A amnésia digital propalada nos discursos da virtualidade pode, no entanto, ser revista a partir da compreensão e da escolha de um desses modelos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É curioso como inquietações sobre a memória, manifestas há alguns séculos, continuam a embalar discussões na contemporaneidade. A virtualidade entendida no bojo da *World Wide Web* traz contribuições para o estudo da memória social e também lhe apresenta novas problemáticas. Não por acaso a memória ganhou um novo emprego se nos referimos ao computador. Sua forma de funcionamento pode contribuir para o entendimento da própria memória humana. Ainda acreditamos que os processos de recuperação de informação são motivados por um presente, quer estejamos pensando nos computadores quer na memória social.

O diálogo se complexifica, ultrapassa a questão teórica da memória, invade a ação prática das instituições de preservação desta memória. Num primeiro momento a virtualização e a digitalização são demandas práticas e cotidianas do trabalho, e atualmente se configuram num reposicionamento que carece de debates específicos. Quer nos parecer que a ação de preservar deixa cada vez mais de ser óbvia, pois se depara com novos suportes, formas diferenciadas de acesso, enfim, processos de intervenção que antes não eram previstos.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. 2.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.197-221. (Obras Escolhidas; v. 1).

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. UNESP, 2001.

DODEBEI, Vera. Memória, circunstância e movimento. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contracapa, 2005. p. 43-54.

DODEBEI, Vera. Patrimônio, Informação e memória digital. *Morpheus*, n. 6, 2006. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline>>. Acesso em: 21 ago. 2006.

FILE Festival. Disponível em: <<http://www.file.org.br/index>>. Acesso em: 21 ago. 2006.

GILL, Tony. Building semantic bridges between museums, libraries and archives: the CIDOC Conceptual Reference Model. *First Monday*, v. 9, n. 5, May 2004. Disponível em: <<http://firstmonday.org>>. Acesso em: 9 out. 2005.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. (Coord.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2000. p. 21-44.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1993.

RAYWARD, W. Boyd. Visions of Xanadu : Paul Otlet (1868-1944) and hypertext. *Journal of the American Society for Information Science*, Washington, v. 45, n. 4, p. 235-250, 1994.

SAYÃO, Luis Fernando. Bases de dados: a metáfora da memória científica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 314-318, 1996.